



**CÂMARA DE PROTEÇÃO À BIODIVERSIDADE
E DE ÁREAS PROTEGIDAS**

Ata da 26ª reunião, realizada em 17 de dezembro de 2018

1 Em 17 de dezembro de 2018, reuniu-se ordinariamente a Câmara de Proteção à
2 Biodiversidade e de Áreas Protegidas (CPB), na sede da Secretaria de Estado
3 de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em Belo
4 Horizonte. Participaram os seguintes conselheiros titulares e suplentes: o
5 presidente suplente Guilherme Augusto Duarte de Faria, representantes da
6 SEMAD. Representantes do poder público: Pedro Oliveira de Sena Batista, da
7 Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e
8 Ensino Superior (Sedectes); Newton de Carvalho Junior, da Secretaria de
9 Estado de Turismo (Setur); Isadora Martin Vianna, da Fundação de Amparo à
10 Pesquisa de Minas Gerais (Fapemig); Nino Antônio Camini, do Instituto
11 Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama);
12 Juliana Gonçalves Ferreira, do Instituto Chico Mendes de Conservação da
13 Biodiversidade (ICMBio). Representantes do setor produtivo: Thiago Rodrigues
14 Cavalcanti, da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg);
15 Carlos Alberto Santos Oliveira, da Federação da Agricultura e Pecuária do
16 Estado de Minas Gerais (Faemg); Denise Bernardes Couto, do Sindicato da
17 Indústria Mineral do Estado de Minas Gerais (Sindiextra). Representantes da
18 sociedade civil: Lígia Vial Vasconcelos, da Associação para a Gestão
19 Socioambiental do Triângulo Mineiro (Angá); Marcelo Ribeiro Pereira, da
20 Universidade Federal de Viçosa (UFV) - Campus de Rio Paranaíba; Gabriel
21 Moreira Junqueira, do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (Crea).
22 **Assuntos em pauta. 1) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL BRASILEIRO.**
23 Executado o Hino Nacional Brasileiro. **2) ABERTURA.** O presidente Guilherme
24 Augusto Duarte de Faria declarou aberta a 26ª reunião da Câmara de Proteção
25 à Biodiversidade e de Áreas Protegidas. **3) COMUNICADOS DOS**
26 **CONSELHEIROS E ASSUNTOS GERAIS.** Neste item de pauta, foi feita
27 execução de um vídeo sobre o trabalho realizado na Área de Proteção
28 Ambiental Sul de Belo Horizonte a pedido de conselheiro da Câmara de
29 Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas. **4) EXAME DA ATA DA 25ª**
30 **REUNIÃO.** Aprovada por unanimidade a ata da 25ª reunião da Câmara de
31 Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas, realizada em 26 de novembro
32 de 2018. Votos favoráveis: Setur, Sedectes, Fiemg, Sindiextra, Crea, Fapemig,
33 Faemg, ICMBio, Angá e UFV. Abstenção: Ibama. Entidade suspensa: Secretaria
34 de Estado de Educação. **5) RESULTADOS DO GRUPO DE TRABALHO DA**
35 **REVISÃO DA RESOLUÇÃO SEMAD Nº 318/2005 E DN COPAM Nº 086/2005.**
36 **Apresentação: AMDA e GCUC/IEF.** A conselheira Lígia Vial Vasconcelos e os

37 servidores do IEF Paulo Scheid e Cláudia Rocha fizeram exposição à CPB
38 sobre os resultados do grupo de trabalho da revisão da Resolução SEMAD nº
39 318/2005 e da DN COPAM nº 086/2005. Em seguida foram registradas as
40 seguintes manifestações. Debates. Presidente Guilherme Augusto Duarte de
41 Faria: “O IEF, até motivado e auxiliado pela Lígia, a Angá, a Amda e também
42 pela Fiemg, vem no sentido de tentar modernizar essa deliberação normativa de
43 modo que ela sirva não apenas como orientador da distribuição dos recursos do
44 ICMS Ecológico, mas eu acho que, principalmente, a função mais essencial é
45 funcionar como indutor, de fato, da melhoria daquela unidade conservação,
46 trazer regras claras de modo que os gestores municipais e estaduais se sintam,
47 de fato, incentivados a promover as melhorias institucionais na parte de
48 infraestrutura da unidade de conservação, uma vez que há então um retorno
49 financeiro com a melhora da classificação dessa unidade de conservação, que
50 isso é utilizado para a divisão dos recursos do ICMS Ecológico. Então na
51 verdade é uma relação de ganha-ganha muito interessante. O município ganha
52 aumentando arrecadação e o meio ambiente ganha com retorno adequado de
53 qualidade ambiental naquela UC. Parabéns ao grupo de trabalho, que vem
54 promover essa proposta. Deixar claro que não compete a nós aqui na CPB a
55 aprovação dessa proposta. Ela será submetida à Câmara correta do COPAM,
56 que seria a CNR. Mas de fato compete a nós aqui promover a discussão e
57 tornar essa norma madura o suficiente para que seja levada à CNR. Nesse
58 sentido, eu abro a palavra para quem queira fazer alguma sugestão, alguma
59 observação.” Conselheira Lígia Vial Vasconcelos: “Só corrigir, além de mim e do
60 IEF, nós contamos com o Ibama, o ICMBio, a FEAM, a Associação Mineira de
61 Municípios e diversos outros integrantes, várias outras áreas do IEF, além da
62 Diretoria de Áreas Protegidas, como a área de geoespacial do IEF. Agradecer
63 todo mundo, eu acho que foi um trabalho muito importante. Ressaltar que eu
64 acho que o ICMS Ecológico tem duas funções. Uma é remunerar os municípios
65 em função da perda de território, em tese, útil que ele teria em função da
66 criação dessas unidades de conservação, que ele tem uma limitação de uso de
67 propriedade desses territórios. E a outra é incentivar a criação de novas
68 unidades. Eu acho que ele tem que cumprir esses dois caracteres. Então eu
69 acho que, quando ele incentiva o município a criar novas unidades, tem que
70 ficar claro para o município que, além de incentivar, ele vai ter que implementar
71 e fazer a gestão dessas unidades, que não adianta só criar, o que era o que
72 estava acontecendo antes. Criar no papel e não implementar as unidades. Isso
73 não pode ser fator único e exclusivo de geração de ICMS para o município.
74 Então é isso que nós tentamos fazer, além de modernizar esses fatores de
75 qualidade e facilitar o trabalho do IEF nessa análise, implementando
76 ferramentas de novas tecnologias e com novas legislações, como o CAR e o
77 PRA. Eu acho que essa norma vai ter um grande avanço até como um trabalho
78 educativo para os municípios. Uma coisa que discutimos muito, como é um
79 tributo, não podemos vincular o uso desse dinheiro diretamente para as

80 unidades, ou seja, não podemos criar uma norma dizendo que o município tem
81 que aplicar o dinheiro do ICMS ou parte dele para as unidades de conservação
82 que geraram esse crédito. Mas nós estamos vendo que aos poucos alguns
83 municípios estão usando parte desse dinheiro para ajudar as unidades de
84 conservação. Eu cito o caso de São Gonçalo do Rio Preto, que tem um
85 funcionário pago pela prefeitura para trabalhar dentro do Parque Estadual do
86 Rio Preto para ajudar o parque, que é estadual. Ou seja, o município já
87 entendeu a importância da unidade de conservação para geração de renda até
88 para o próprio município, em função de turismo, então ele tenta ajudar o próprio
89 Estado a gerir essa unidade. Eu acho que se o Brasil investisse seriamente em
90 turismo as nossas unidades seriam, em grande parte, fonte de renda da
91 economia brasileira. Então esperamos que isso abra portas para muitas coisas,
92 inclusive, educar os municípios para a questão de unidade de conservação. Nós
93 até colocamos um artigo na lei lembrando os municípios também que o
94 descumprimento do Snuc seria motivo de penalidade para os municípios que
95 recebem o ICMS Ecológico, que podem deixar de receber. De acordo com uma
96 análise do órgão ambiental, eles podem deixar de receber o crédito durante um
97 ano em função de um parecer do órgão. Então de novo agradecer e passar a
98 palavra aos conselheiros, se alguém quiser fazer alguma sugestão ou mandar
99 por escrito para que possamos incorporar. Lembrando que isso deve ainda
100 passar por um controle jurídico do órgão ambiental para depois então ser
101 encaminhado à CNR para deliberação.” Presidente Guilherme Augusto Duarte
102 de Faria: “Obrigado, Lígia. Corrigindo, então, foi um trabalho feito a diversas
103 mãos, na verdade, mas com destaque para a sua motivação inicial e empenho
104 para que essa norma seja revisada.” Paulo Scheid/IEF: “O grupo de trabalho
105 acabou demorando mais do que nós esperávamos, foi mais de um ano de
106 trabalho, e nós tínhamos a expectativa de publicar neste ano a norma para no
107 ano que vem já começar a vigorar. Só que o fator de qualidade tem que ser
108 entregue até o dia 15 de abril de cada ano. Não temos condição de publicar
109 uma norma dessa com tantas alterações, e já em abril, daqui a três ou quatro
110 meses, as pessoas vão estar aprendendo ainda a lidar com essa nova norma.
111 Então, apesar de publicar agora, nós propusemos que a vigência seja a partir
112 de 2020. Então o ano que vem seria um ano de fazermos treinamentos,
113 capacitações, não só com os gerentes das UCs estaduais, mas com os
114 municípios também, para que eles tenham pelo menos o ano que vem para
115 entender um pouquinho melhor as mudanças.” Presidente Guilherme Augusto
116 Duarte de Faria: “Caso alguém ainda tenha alguma sugestão a enviar ao grupo
117 de trabalho, fica aberto, mas agora cabe ao IEF então consolidar essa minuta
118 final. Ela será repassada à equipe adequada na CNR, que, de fato, faz um
119 controle de legalidade, de técnica legislativa da redação da norma. Então é
120 submetido à apreciação daquela Câmara Normativa e Recursal. Com certeza,
121 os conselheiros daqui serão convidados a participar dessa reunião, ainda que
122 como ouvintes, para que possam participar da discussão – aqueles que não

123 fazem parte do próprio conselho –, para que vejam e acompanhem essa
 124 discussão e que nós possamos, de fato, tornar essa norma vigente, atualizada
 125 da maneira como nós queremos. **6) PROCESSOS ADMINISTRATIVOS PARA**
 126 **EXAME DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL CONFORME POA 2018. 6.1)**
 127 **Mineração Vilas Boas Ltda. Estradas para transporte de minério/estéril,**
 128 **pilhas de rejeito/estéril, extração de quartzito. São Tomé das Letras/MG.**
 129 **PA 00689/2004/004/2012, DNPM 832.429/2000. Classe 3. Apresentação:**
 130 **GCA/IEF.** Compensação ambiental aprovada por unanimidade nos termos do
 131 Parecer Único. Votos favoráveis: Setur, Sedectes, Fiemg, Sindiextra, Crea,
 132 Fapemig, Faemg, ICMBio, Ibama, Angá e UFV. Entidade suspensa: Secretaria
 133 de Estado de Educação. Registrado o seguinte destaque pelo IEF. Nathália
 134 Luiza Fonseca Martins/IEF: “Eu só quero fazer um destaque no item 6.1, da
 135 Mineração Vilas Boas, que na página 10 do parecer, coloca-se que os recursos
 136 vão ser repassados ao IEF em quatro parcelas. Mas considerando a distribuição
 137 do recurso de R\$ 15.224,41, esse recurso vai ser disponibilizado para a reserva
 138 particular do patrimônio, é uma RPPN, Gruta do Carimbado. Então é só uma
 139 correção na redação, que esse recurso vai para a RPPN e não para o IEF.” **6.2)**
 140 **Luiz Fernando Gonçalves. Fazenda Chimarrão e Lagoa Bonita. Barragem**
 141 **de irrigação ou perenização para agricultura, criação de bovinos de corte**
 142 **(extensivo), cultura de cana-de-açúcar, culturas anuais, excluindo a**
 143 **oleicultura; posto de abastecimento aéreo. Paracatu/MG. PA**
 144 **90220/2004/004/2015. Classe 3. Apresentação: GCA/IEF.** Compensação
 145 ambiental aprovada por unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos
 146 favoráveis: Setur, Sedectes, Fiemg, Sindiextra, Crea, Fapemig, Faemg, ICMBio,
 147 Ibama, Angá e UFV. Entidade suspensa: Secretaria de Estado de Educação.
 148 **6.3) Espólio de Jorge Elias Abrão. Fazenda Conceição do Rio da Prata.**
 149 **Culturas anuais, excluindo olericultura; armazenamento de agrotóxicos,**
 150 **armazenamento de grãos. Paracatu/MG. PA 36074/2015/001/2016. Classe 3.**
 151 **Apresentação: GCA/IEF.** Compensação ambiental aprovada por unanimidade
 152 nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Setur, Sedectes, Fiemg,
 153 Sindiextra, Crea, Fapemig, Faemg, ICMBio, Ibama, Angá e UFV. Entidade
 154 suspensa: Secretaria de Estado de Educação. **6.4) Arcelormittal Brasil S/A.**
 155 **Pilhas de rejeito/estéril. Itatiaiuçu/MG. PA 00366/1990/019/2010, DNPM**
 156 **138.454/1967. Classe 3. Apresentação: GCA/IEF.** Compensação ambiental
 157 aprovada por unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis:
 158 Setur, Sedectes, Fiemg, Sindiextra, Crea, Fapemig, Faemg, ICMBio, Ibama,
 159 Angá e UFV. Entidade suspensa: Secretaria de Estado de Educação. **6.5) Viena**
 160 **Fazendas Reunidas Ltda. Fazenda Santa Marta. Silvicultura. Grão**
 161 **Mogol/MG. PA 15503/2005/003/2014. Classe 3. Apresentação: GCA/IEF.**
 162 Compensação ambiental aprovada por unanimidade nos termos do Parecer
 163 Único. Votos favoráveis: Setur, Sedectes, Fiemg, Sindiextra, Crea, Fapemig,
 164 Faemg, ICMBio, Ibama, Angá e UFV. Entidade suspensa: Secretaria de Estado

de Educação. **7) PROCESSOS ADMINISTRATIVOS PARA EXAME DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL DECORRENTES DO CORTE E/OU SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO NATIVA PERTENCENTE AO BIOMA MATA ATLÂNTICA. 7.1) Fernando Aurélio D'Aquino Ferreira. Construção de habitação/residência multifamiliar. Riacho da Cruz/MG. PA 12040000194/12. Sem AAF. Classe não passível. Apresentação: Escritório Regional Alto Médio São Francisco/IEF. Retorno de vista: Fiemg, Sindiextra e Angá.** Compensação ambiental aprovada por maioria nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Sedectes, Fiemg, Sindiextra, Crea, Faemg. Votos contrários: Fapemig, ICMBio, Ibama, Angá e UFV. Abstenção: Setur. Voto de desempate: SEMAD. Entidade suspensa: Secretaria de Estado de Educação. Voto de desempate da Presidência em votação conjunta dos itens 7.1, 7.2, 7.3 e 7.4. Presidente Guilherme Augusto Duarte de Faria: “Cabe a mim a decisão como voto de minerva. Pelo menos eu tive a possibilidade, de fato, de acompanhar a discussão desse processo desde aquela reunião de março deste ano, a primeira vez que eu vi esse processo aqui na CBB. Eu declaro meu voto favorável à autorização da compensação nos termos do parecer da Unidade Regional do Alto Médio São Francisco, pelos motivos aqui já apresentados de que nós estamos analisando a compensação, o Escritório Regional se ateve ao arcabouço legal ao qual ele está inserido de receber a documentação. Não houve questionamento em relação à legalidade do processo. O Escritório Regional realizou o seu trabalho. Nós já recebemos como consequência da Supram um processo devidamente enquadrado como não passível. Para que não fique confuso nesta Câmara, ele não foi dispensado de licenciamento, ele não foi passível. Então com o meu voto eu declaro aprovado os processos 7.1, 7.2, 7.3 e 7.4 da nossa pauta.” Declarações de votos contrários - Votação conjunta itens 7.1, 7.2, 7.3 e 7.4. Conselheira Isadora Martin Vianna: “O meu voto foi contrário porque não senti segurança devido à falta de informações relacionadas a equivalência ecológica da área suprimida e da área compensada. E pelos argumentos apresentados pela conselheira Lígia e pelo conselheiro Nino.” Conselheira Juliana Gonçalves Ferreira: “Voto contrário devido à falta de informações para corroborar a equivalência ecológica e pelos argumentos do pedido de vista da Lígia.” Conselheiro Nino Antônio Camini: “Voto contrário em função de ausência de informações acerca do que se está efetivamente compensando. Eu não posso votar uma coisa de que eu não tenho ideia.” Conselheira Lígia Vial Vasconcelos: “Voto contrário de acordo com o meu parecer de vista, em função da ausência de estudos que sejam capazes de determinar a equivalência ecológica entre as áreas que vão ser suprimidas e compensadas.” Conselheiro Marcelo Ribeiro Pereira: “O nosso voto contrário é pela ausência da caracterização dessa área que está sendo suprimida e da área que está sendo compensada, porque assim é uma impossibilidade de podermos balizar esse ganho ambiental. Se tivessem as informações de fitofisionomia, composição da flora, poderíamos passar pelo entendimento do

208 que seria possível de endemismos e ter uma votação com informações técnicas
 209 para poder avaliar a compensação. Como estavam ausentes, eu não me senti
 210 com segurança para fazer. Então o voto contrário.” **7.2) Marcia Regina de**
 211 **Aquino Ferreira Nunes. Construção de habitação/residência multifamiliar.**
 212 **Riacho da Cruz/MG. PA 1204000012/13. Sem AAF. Classe não passível.**
 213 **Apresentação: Escritório Regional Alto Médio São Francisco/IEF. Retorno**
 214 **de vista: Fiemg, Sindiextra e Angá.** Compensação ambiental aprovada por
 215 maioria nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Sedectes, Fiemg,
 216 Sindiextra, Crea, Faemg, Votos contrários: Fapemig, ICMBio, Ibama, Angá e
 217 UFV. Abstenção: Setur. Voto de desempate: SEMAD. Entidade suspensa:
 218 Secretaria de Estado de Educação. **7.3) NRM Engenharia Ltda. Construção**
 219 **de habitação/residência multifamiliar. Riacho da Cruz/MG. PA**
 220 **12040000059/12. Sem AAF. Classe não passível. Apresentação: Escritório**
 221 **Regional Alto Médio São Francisco/IEF. Retorno de vista: Fiemg,**
 222 **Sindiextra e Angá.** Compensação ambiental aprovada por maioria nos termos
 223 do Parecer Único. Votos favoráveis: Sedectes, Fiemg, Sindiextra, Crea, Faemg,
 224 Votos contrários: Fapemig, ICMBio, Ibama, Angá e UFV. Abstenção: Setur. Voto
 225 de desempate: SEMAD. Entidade suspensa: Secretaria de Estado de
 226 Educação. **7.4) Sônia Marise de Aquino Ferreira Monteiro. Construção de**
 227 **habitação/residência multifamiliar. Riacho da Cruz/MG. PA**
 228 **12040000080/12. Sem AAF. Classe não passível. Apresentação: Escritório**
 229 **Regional Alto Médio São Francisco/IEF. Retorno de vista: Fiemg,**
 230 **Sindiextra e Angá.** Compensação ambiental aprovada por maioria nos termos
 231 do Parecer Único. Votos favoráveis: Sedectes, Fiemg, Sindiextra, Crea, Faemg,
 232 Votos contrários: Fapemig, ICMBio, Ibama, Angá e UFV. Abstenção: Setur. Voto
 233 de desempate: SEMAD. Entidade suspensa: Secretaria de Estado de
 234 Educação. **7.5) Agroindustrial Delta de Minas S/A. Lavra a céu aberto ou**
 235 **subterrânea em área cárstica com ou sem tratamento. Sete Lagoas/MG. PA**
 236 **00348/1998/014/2015, DNPM 812.723/1970. Classe 6. Apresentação:**
 237 **Escritório Regional Centro-Norte/IEF.** Compensação ambiental aprovada por
 238 unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Setur, Sedectes,
 239 Fiemg, Sindiextra, Crea, Fapemig, Faemg, ICMBio, Angá e UFV. Abstenção:
 240 Ibama. Entidade suspensa: Secretaria de Estado de Educação. **7.6)**
 241 **Intercement Brasil S/A. Sítio Andreza. Fabricação de cimento. Ijaci/MG. PA**
 242 **00010/1999/060/2014, DNPMs 831.530/1997, 830.314/1980 e 830.327/1981.**
 243 **Classe 5. Apresentação: Escritório Regional Sul/IEF.** Compensação
 244 ambiental aprovada por unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos
 245 favoráveis: Setur, Sedectes, Fiemg, Sindiextra, Crea, Fapemig, Faemg, ICMBio,
 246 Angá e UFV. Abstenção: Ibama. Entidade suspensa: Secretaria de Estado de
 247 Educação. **7.7) Intercement Brasil S/A. Lavra a céu aberto sem tratamento**
 248 **ou com tratamento a seco, minerais não metálicos, exceto em áreas**
 249 **cársticas, ou rochas ornamentais e de revestimento. Ijaci/MG. PA**

250 **00011/1999/011/2008, DNPM 831.530/1997. Classe 5. Apresentação:**
 251 **Escritório Regional Sul/IEF.** Compensação ambiental aprovada por
 252 unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Setur, Sedectes,
 253 Fiemg, Sindimax, Crea, Fapemig, Faemg, ICMBio, Angá e UFV. Abstenção:
 254 Ibama. Entidade suspensa: Secretaria de Estado de Educação. **7.8)**
 255 **Intercement Brasil S/A. Lavra a céu aberto sem tratamento ou com**
 256 **tratamento a seco, minerais não metálicos, exceto em áreas cársticas, ou**
 257 **rochas ornamentais e de revestimento. Ijaci/MG. PA 00011/1999/011/2008,**
 258 **DNPM 831.530/1997. Classe 5. Apresentação: Escritório Regional Sul/IEF.**
 259 Compensação ambiental aprovada por unanimidade nos termos do Parecer
 260 Único. Votos favoráveis: Setur, Sedectes, Fiemg, Sindimax, Crea, Fapemig,
 261 Faemg, ICMBio, Angá e UFV. Abstenção: Ibama. Entidade suspensa: Secretaria
 262 de Estado de Educação. **7.9) Lamil Lage Minérios Ltda. Lavra a céu aberto**
 263 **com tratamento a úmido, minerais não metálicos, lavra subterrânea com**
 264 **tratamento a úmido, exceto pegmatitos e gemas. Pará de Minas/MG. PA**
 265 **00009/1995/013/2007, DNPM 830.292/1991. Classe 3. Apresentação:**
 266 **Escritório Regional Centro-Norte/IEF.** Compensação ambiental aprovada por
 267 unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Setur, Sedectes,
 268 Fiemg, Sindimax, Crea, Fapemig, Faemg, ICMBio, Angá e UFV. Abstenção:
 269 Ibama. Entidade suspensa: Secretaria de Estado de Educação. **7.10) Belmont**
 270 **Mineração Ltda. Pilhas de rejeito/estéril, estradas para transporte de**
 271 **minério/estéril. Itabira/MG. PA 00062/1994/007/2007, DNPM 830.142/1978.**
 272 **Classe 3. Apresentação: Escritório Regional Centro-Sul/IEF.** Compensação
 273 ambiental aprovada por unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos
 274 favoráveis: Setur, Sedectes, Fiemg, Sindimax, Crea, Fapemig, Faemg, ICMBio,
 275 Angá e UFV. Abstenção: Ibama. Entidade suspensa: Secretaria de Estado de
 276 Educação. **7.11) Mineração Canãa Indústria e Comércio Ltda. Ex-Therezinha**
 277 **Bueno Guerra. Estradas para transporte de minério/estéril, lavras e**
 278 **extrações, obras de infraestrutura, pilhas de rejeito/estéril, unidade de**
 279 **tratamento de minerais, barragem de contenção de rejeitos. Itabira/MG. PA**
 280 **00673/2004/003/2008, DNPM 830.980/1999. Classe 3. Apresentação:**
 281 **Escritório Regional Centro-Sul/IEF.** Compensação ambiental aprovada por
 282 unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Setur, Sedectes,
 283 Fiemg, Sindimax, Crea, Fapemig, Faemg, ICMBio, Angá e UFV. Abstenção:
 284 Ibama. Entidade suspensa: Secretaria de Estado de Educação. **7.12) Samarco**
 285 **Mineração S/A. Complexo Minerário de Germano. Lavra a céu aberto.**
 286 **Minério de Ferro. Mariana e Ouro Preto/MG. PA 00015/1984/107/2017.**
 287 **Classe 6. Apresentação: Suppri.** Compensação ambiental aprovada por
 288 unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Setur, Sedectes,
 289 Fiemg, Sindimax, Crea, Fapemig, Faemg, ICMBio, Angá e UFV. Abstenção:
 290 Ibama. Entidade suspensa: Secretaria de Estado de Educação. **7.13) MR**
 291 **Mineração Ltda. Lavra a céu aberto sem tratamento ou com tratamento a**

292 **seco, minério de ferro. Barão de Cocais e Santa Bárbara/MG. PA**
 293 **00395/1998/031/2015. Classe 4. Apresentação: Suppri.** Compensação
 294 ambiental aprovada por unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos
 295 favoráveis: Setur, Sedectes, Fiemg, Sindiextra, Crea, Fapemig, Faemg, ICMBio,
 296 Angá e UFV. Abstenção: Ibama. Entidade suspensa: Secretaria de Estado de
 297 Educação. Registrado o seguinte destaque pela Suppri. Karla Brandão
 298 Franco/Suppri: “Sem prejuízo ao parecer, só uma correção, que a fase de
 299 análise do licenciamento ambiental foi reorientada para LAC 1. Então a
 300 concomitância é LP+LI+LO e não LP+LI, como consta no parecer de
 301 compensação. A folha de rosto e a introdução estão trazendo concomitância de
 302 Licença Prévia com Licença de Instalação, e já foi feita a reorientação para
 303 Licença Prévia com concomitância de Instalação e Operação.” **8) PLANOS DE**
 304 **MANEJO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO PARA ANÁLISE E**
 305 **DELIBERAÇÃO NOS TERMOS DO INCISO IV DO ARTIGO 13 DO DECRETO**
 306 **Nº 46.953/2016. 8.1) Plano de Manejo Refúgio de Vida Silvestre do Rio**
 307 **Pandeiros. Apresentação: gerente do Refúgio de Vida Silvestre do Rio**
 308 **Pandeiros/IEF. Retorno de vista: Fiemg, Sindiextra e Faemg.** Plano de
 309 manejo baixado em diligência pela Presidência após apresentação do relato de
 310 vista conjunto e discussões nesta sessão. Presidente Guilherme Augusto
 311 Duarte de Faria: “Eu vou baixar em diligência os itens 8.1, 8.2 e 8.3 para que a
 312 equipe técnica do IEF, de fato, reavalie o posicionamento em relação ao relato
 313 de vista já mencionado. Então na próxima reunião nós traríamos uma devolutiva
 314 não no sentido de um novo relato de vista. Esse relato se mantém,
 315 perfeitamente, com uma nova devolutiva da análise técnica da equipe do órgão
 316 ambiental.” Conselheiro Nino Antônio Camini: “Foram acatadas as sugestões,
 317 então que essas sugestões sejam realmente esmiuçadas e ditas assim: ‘Esses
 318 são os casos especificamente previstos em lei. Porque fica muito amplo, não
 319 sabemos quanto tempo tem a duração desse plano, quanto tempo ele vai levar
 320 para ser revisto, quais são as legislações que virão, os interesses que podem vir
 321 nesse percurso...” **8.2) Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental do**
 322 **Rio Pandeiros. Apresentação: gerente da Área de Proteção Ambiental do**
 323 **Rio Pandeiros/IEF. Retorno de vista: Fiemg, Sindiextra e Faemg.** Plano de
 324 manejo baixado em diligência pela Presidência após apresentação do relato de
 325 vista conjunto e discussões nesta sessão. **8.3) Plano de Manejo Área de**
 326 **Proteção Ambiental Cochá e Gibão. Apresentação: gerente da Área de**
 327 **Proteção Ambiental Cochá e Gibão/IEF. Retorno de vista: Fiemg, Sindiextra**
 328 **e Faemg.** Plano de manejo baixado em diligência pela Presidência após
 329 apresentação do relato de vista conjunto e discussões nesta sessão. **8.4) Plano**
 330 **de Manejo Área de Proteção Ambiental do Alto do Mucuri. Apresentação:**
 331 **gerente da Área de Proteção Ambiental do Alto do Mucuri/IEF. Retorno de**
 332 **vista: Fiemg, Sindiextra e Faemg.** Plano de manejo baixado em diligência pela
 333 Presidência após apresentação do relato de vista conjunto e discussões nesta

334 sessão. Presidente Guilherme Augusto Duarte de Faria: “Eu vou tomar a mesma
 335 decisão dos processos anteriores, baixar em diligência também o item 8.4 no
 336 sentido de que na próxima reunião o IEF traga as justificativas técnicas dele
 337 pela resposta em relação ao relato de vista da Fiemg. Independente se cada
 338 conselheiro esteja de acordo ou não com aquele posicionamento, mas que o
 339 IEF demonstre qual é a sua posição institucional enquanto órgão técnico desse
 340 instrumento.” **9) PLANO DE TRABALHO PARA DESTINAÇÃO DE RECURSOS**
 341 **DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO NOS**
 342 **TERMOS DO ARTIGO 13, INCISO XII, DO DECRETO ESTADUAL Nº**
 343 **46.953/2016. 9.1) Plano de Trabalho 01/2018 da Prefeitura de Itabira. Área**
 344 **de Proteção Ambiental Santo Antônio. Aquisição de bens e serviços.**
 345 **Interligações Elétricas de Minas Gerais S/A. IEMG PA 02065/2007/001/2007.**
 346 **Apresentação: Prefeitura de Itabira.** Plano de trabalho aprovado por
 347 unanimidade nos termos apresentados. Votos favoráveis: Setur, Sedectes,
 348 Fiemg, Sindiextra, Crea, Fapemig, Faemg, ICMBio, Ibama e UFV. Abstenção:
 349 Angá. Entidade suspensa: Secretaria de Estado de Educação. **9.2) Plano de**
 350 **Trabalho 01/2018 da Prefeitura de Conceição do Mato Dentro. Monumento**
 351 **Natural Municipal Serra da Ferrugem. Aquisição de bens e serviços. Anglo**
 352 **American Minério de Ferro Brasil S/A. PA 00472/2007/004/2009.**
 353 **Apresentação: Prefeitura de Conceição do Mato Dentro.** Plano de trabalho
 354 aprovado por unanimidade nos termos apresentados. Votos favoráveis: Setur,
 355 Sedectes, Fiemg, Sindiextra, Crea, Fapemig, Faemg, ICMBio, Ibama e UFV.
 356 Abstenção: Angá. Entidade suspensa: Secretaria de Estado de Educação. **9.3)**
 357 **Plano de Trabalho 02/2018 da Prefeitura de Conceição do Mato Dentro.**
 358 **Monumento Natural Municipal Serra da Ferrugem. Aquisição de bens e**
 359 **serviços. Anglo American Minério de Ferro Brasil S/A. PA**
 360 **00472/2007/008/2015. Apresentação: Prefeitura de Conceição do Mato**
 361 **Dentro.** Plano de trabalho aprovado por unanimidade nos termos apresentados.
 362 Votos favoráveis: Setur, Sedectes, Fiemg, Sindiextra, Crea, Fapemig, Faemg,
 363 ICMBio, Ibama e UFV. Abstenção: Angá. Entidade suspensa: Secretaria de
 364 Estado de Educação. **10) RETIFICAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO PARA**
 365 **DESTINAÇÃO DE RECURSOS DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL PARA**
 366 **ANÁLISE E DELIBERAÇÃO NOS TERMOS DO ARTIGO 13, INCISO XIII DO**
 367 **DECRETO ESTADUAL 46.953/2016. 10.1) Retificação do Plano de Trabalho**
 368 **do Parque Natural Municipal do Intelecto 01/2016. Interligações Elétricas**
 369 **de Minas Gerais S/A (IEMG). PA 02065/2007/001/2007. Prefeitura Municipal**
 370 **de Itabira. PA 0230/1993/019/2010 (Vale S/A). PA 12849/2010/001/2010 e**
 371 **12849/2010/002/2011 (Vale S/A). PA 0230/1993/019/2010 (Vale S/A). PA**
 372 **00119/1986/097/2010 (Vale S/A). PA 00119/1986/089/2008 (Vale S/A). PA**
 373 **0119/1986/075/2004 (Rubberbras Ltda.). PA 01968/2002/004/2011 (Anglo**
 374 **American Minério de Ferro Brasil S/A., ex-Anglo Ferrous Minas. PA**
 375 **11807/2007/001/2007. Apresentação: Prefeitura de Itabira. Aprovada por**

376 unanimidade a retificação do plano de trabalho nos termos apresentados. Votos
 377 favoráveis: Setur, Sedectes, Fiemg, Sindiextra, Crea, Fapemig, Faemg, ICMBio,
 378 Ibama, Angá e UFV. Entidade suspensa: Secretaria de Estado de Educação.
 379 **10.2) Retificação do Plano de Trabalho 03/2016 da Prefeitura de Itabira -**
 380 **Área de Proteção Ambiental Piracicaba. Aquisição de bens e serviços. Vale**
 381 **S/A. PA 02065/2007/001/2007. Apresentação: Prefeitura de Itabira.** Aprovada
 382 por unanimidade a retificação do plano de trabalho nos termos apresentados.
 383 Votos favoráveis: Setur, Sedectes, Fiemg, Sindiextra, Crea, Fapemig, Faemg,
 384 ICMBio, Ibama, Angá e UFV. Entidade suspensa: Secretaria de Estado de
 385 Educação. **10.3) Retificação ao Plano de Trabalho 04/2016 da Prefeitura de**
 386 **Itabira. Parque Natural Municipal do Ribeirão São José. Aquisição de bens**
 387 **e serviços. PA 00673/2004/002/2007. Mineração Canaã Indústria e**
 388 **Comércio Ltda. Apresentação: Prefeitura de Itabira.** Aprovada por
 389 unanimidade a retificação do plano de trabalho nos termos apresentados. Votos
 390 favoráveis: Setur, Sedectes, Fiemg, Sindiextra, Crea, Fapemig, Faemg, ICMBio,
 391 Ibama, Angá e UFV. Entidade suspensa: Secretaria de Estado de Educação.
 392 **10.4) Retificação do Plano de Trabalho 01/2014 da Prefeitura de Conceição**
 393 **do Mato Dentro. Parque Natural Municipal Salão de Pedras e Monumento**
 394 **Natural Municipal Serra da Ferrugem. Aquisição de bens e serviços. Anglo**
 395 **American Minério de Ferro Brasil S/A. (ex-Anglo Ferrous Minas). PA**
 396 **00472/2007/004/2009. Apresentação: Prefeitura de Conceição do Mato**
 397 **Dentro.** Aprovada por unanimidade a retificação do plano de trabalho nos
 398 termos apresentados. Votos favoráveis: Setur, Sedectes, Fiemg, Sindiextra,
 399 Crea, Fapemig, Faemg, ICMBio, Ibama, Angá e UFV. Entidade suspensa:
 400 Secretaria de Estado de Educação. **11) PLANO DE TRABALHO PARA**
 401 **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E MOBILIÁRIO PARA A**
 402 **ESTRUTURAÇÃO DA URFBIO METROPOLITANA PARA EXAME DE**
 403 **CANCELAMENTO. COMPENSAÇÃO MINERÁRIA VALE S/A. MINA DE**
 404 **FÁBRICA. PILHA DE REJEITO PDE PONTO 03. PA 5195/2007/069/2009.**
 405 **Apresentação: Escritório Regional Metropolitano/IEF.** Aprovado por
 406 unanimidade o cancelamento do plano de trabalho nos termos apresentados.
 407 Votos favoráveis: Setur, Sedectes, Fiemg, Sindiextra, Crea, Fapemig, Faemg,
 408 ICMBio, Ibama, Angá e UFV. Entidade suspensa: Secretaria de Estado de
 409 Educação. **12) PRESTAÇÃO DE CONTAS DE PREFEITURAS MUNICIPAIS**
 410 **REFERENTE A RECURSOS ADVINDOS DA COMPENSAÇÃO AMBIENTAL**
 411 **RELATIVOS AO PERÍODO DE 2010 A 2018. 12.1) Prestação de Contas da**
 412 **Prefeitura Municipal de Itabira. Apresentação: Prefeitura Municipal de**
 413 **Itabira.** Aprovada por unanimidade a prestação de contas nos termos
 414 apresentados. Votos favoráveis: Setur, Sedectes, Fiemg, Sindiextra, Crea,
 415 Fapemig, Faemg, ICMBio, Ibama, Angá e UFV. Entidade suspensa: Secretaria
 416 de Estado de Educação. A Gerência de Compensação Ambiental do IEF acatou
 417 as sugestões dos conselheiros no sentido de aprimoramento do modelo de

418 prestação de contas a ser exigido das prefeituras nos próximos períodos. **12.2)**
419 **Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Conceição do Mato**
420 **Dentro. Apresentação: Prefeitura Municipal de Conceição do Mato Dentro.**
421 Aprovada por unanimidade a prestação de contas nos termos apresentados.
422 Votos favoráveis: Setur, Sedectes, Fiemg, Sindiextra, Crea, Fapemig, Faemg,
423 ICMBio, Ibama, Angá e UFV. Entidade suspensa: Secretaria de Estado de
424 Educação. **13) PROPOSTA DE AGENDA ANUAL PARA AS REUNIÕES DA**
425 **CÂMARA DE PROTEÇÃO À BIODIVERSIDADE E DE ÁREAS PROTEGIDAS**
426 **EM 2019. Apresentação: SEMAD.** Aprovado por unanimidade o calendário de
427 reuniões da Câmara de Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas com
428 alteração em relação à proposta apresentada pela SEMAD, com previsão de
429 sessões ordinárias sempre às quartas-feiras, no período da manhã. Votos
430 favoráveis: Setur, Sedectes, Fiemg, Sindiextra, Crea, Fapemig, Faemg, ICMBio,
431 Ibama, Angá e UFV. Entidade suspensa: Secretaria de Estado de Educação.
432 **14) ENCERRAMENTO.** Não havendo outros assuntos a serem tratados, o
433 presidente Guilherme Augusto Duarte de Faria declarou encerrada a sessão, da
434 qual foi lavrada esta ata.

APROVAÇÃO DA ATA

439 **Guilherme Augusto Duarte de Faria**
440 **Presidente da Câmara de Proteção à**
441 **Biodiversidade e de Áreas Protegidas**